



AS APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE OS ESPAÇOS RURAIS E URBANOS

Modalidade: (X) Ensino () Pesquisa () Extensão

Nível: () Médio (X) Superior () Pós-graduação

Área: () Química () Informática (X) Ciências Agrárias (X) Educação () Multidisciplinar

Autores: Sofia TONI¹, Danieli Cristina de SOUZA²

Identificação autores: ¹ Licencianda em Ciências Agrícolas – IFC Araquari; ² Docente, Licenciada em Ciências Agrícolas – IFC Araquari.

Introdução

Ao tratarmos da complexidade existente entre campo e cidade, na evidência social da hierarquização dos processos se faz indispensável o aporte referencial do que é campo e o que é urbano, na análise homogeneizada e no real conceito dos termos, apresenta-se “planejamento territorial em diversas escalas e para o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões: política, econômica, cultural, ambiental, em suma, social” (Biazzo, 2008). Ambas com seus pontos fortes e fracos no condicionamento da vida social corriqueira, que acabamos sendo atingidos direta ou indiretamente. Existem infinitas propostas para o melhor território habitável assim como distintas opções de divisão de espaço e vida em sociedade seja ela na zona urbana ou na zona rural, Kageyama (2008) nos fala que há uma infinidade de conceitos em volta dessa definição e escolhas, mas que cada região e cada pessoa vai definir de acordo com o que ele vai querer buscar dentro dos seus contextos sociais, assim como Biazzo (2008) nos traz em seus textos sobre a visão da sociologia, geografia, economia sobre os mesmos termos.

A relatividade existente nesses ambientes, fica mais evidente quando tratamos de propriedades rurais, aquelas localizadas na área do campo têm como principal objetivo extrair a sua subsistência da terra ou da pecuária e vão ter uma vida mais tranquila, já na cidade, as propriedades urbanizadas, são o centro das realizações (Willians, 2011).

Tendo como princípios da pesquisa, objetiva-se identificar quais são as relações em comum que o campo e a cidade têm e fazer uma exploração de suas características de porque se destingem. Através da análise norteadoras de caracterização e distinções dos dois ambientes, evidenciar quais foram os problemas diagnosticados como impulsores da diferenciação entre campo e cidade.

Material e Métodos



Tendo como princípio geral atender as necessidades pelo conhecimento técnico científico da linha de pesquisa, norteadas pelos objetivos propostos (Cervo e Bervian, 2002), os dados mencionados estão embasado em um primeiro momento pela ação de revisão literária tendo como procedimento técnico a busca de bibliográficas publicadas no SciELO, com abordagens atuais sobre a temática de relações socioambientais, econômicas, e de amparo as necessidades locais sem distinção de zoneamento (urbano e rural) dentro de um mesmo território.

Uma vez realizadas as revisões bibliográficas, e de modo a desenvolver a criticidade em decorrências de fatores e agentes que interferem em diferentes níveis para as aproximações ou distanciamentos das relações entre o espaço rural e urbano, utilizou-se a metodologia do Diagrama de Venn.

O método do Diagrama de Venn busca “explorar o ambiente interno e externo da comunidade, identificando e caracterizando as relações com as instituições e grupos existentes” (Kummer, 2007), comunidade esta estruturada pela vivências sociais do campo e cidade. Ao estabelecer relações de eixos de assistências básicas que visam a acessibilidade igualitária em atendimentos como educação, saúde, transporte e qualidade de vida a metodologia aplicada permite que a partir da análise dos dados levantados, possa-se realizar um planejamento com ação direcionada aos pontos fracos e manutenção dos pontos fortes apresentados, gerando uma visibilidade ampla desses impulsores das distinções e aproximações de dois territórios dentro da mesma cidade.

Resultados e discussão

Ao falarmos sobre o conceito do campo e da cidade fica evidente características que definem cada espaço, estas foram alocadas no Diagrama e Venn, de modo que representasse as relações existentes entre os meios . Tanto a zona rural como o urbano precisam apresentar infraestrutura, acessibilidade e condições que garantam a melhoria da vida das pessoas.

Entretanto, a realidade dos parâmetros como educação, saúde, infraestrutura, acessibilidade, transporte entre outros que comportam a linha de atendimento aos cidadãos se apresentam dentro dos territórios com diferentes disponibilidade e qualidade.

Iniciaremos com a abordagem na dimensão de acesso à educação, onde legalmente crianças a partir dos 6 anos precisam estar no primeiro ano (LDB,1996). Mas a formação educacional no campo não consegue acompanhar essa lei, pois há poucas escolas na região rural e as existentes apresentam muitas dificuldades, tais como: infraestrutura, deficiência em



formação especializada para educação no campo e baixa remuneração de professores ocasionando grande evasão escolar, (Henriques *et al*, 2007). Não somente as dificuldades das instituições limitam ao acesso e permanência das escolas do campo, mas muitas vezes questões pessoais dos discentes que deveriam frequentar acabam sendo somatizadas.

Segundo, Henriques (*et al*, 2007), as crianças moradoras no campo frequentam escolas localizadas na área urbana, onde se encontram os bolsões da pobreza, com a organização dos transportes públicos fornecidos pela prefeitura para esses alunos, onde “revela a ideia subjacente a essas políticas de que as crianças e adolescentes do campo possuem os mesmos interesses, motivações e necessidades daqueles que vivem nas áreas urbanas e que devem ser educados para uma futura vida na cidade”. Está também escrito na LDB (1996) que “o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei”, gerando uma deficiência de ensino por não respeitar as necessidades e cultura do sujeito.

Entretanto em algum momento da história das comunidades rurais se fez presente escolas do campo, entretanto também se encontraram dificuldades, uma vez que eram instituições com salas conjuntas e separados por gêneros em galpões nas áreas rurais, as meninas precisavam dar mais atenção as atividades domésticas e afazeres do lar e posteriormente se dava atenção a escolaridade. Já para os meninos o aprendizado da roça era mais exigido, nem tanto as tarefas do lar, e eles poderiam frequentar a escola com mais frequência, porém na medida do que as atividades da roça exigem mão de obra a escola ficava em segundo plano, por isso independentemente de gênero, as faltas eram decorrente a essas atividades exigidas no campo (Gomes, 1988).

Na cidade o foco já é diferente, as crianças estão na escola no maior do seu tempo inclusive em períodos de contra turno escolar. E o tempo restante é dividido por brincadeiras e passeios e atividades domésticas posteriormente, devido as escolas serem mais acessíveis à população. Antigamente as instituições de ensino eram apenas para as pessoas com recursos financeiros altos, com as mudanças de constituição de cidades, transformando-se centros industriais e o campo tendo um avançado período de transição de pessoas, chamando assim do êxodo rural, gerando a formação das periferias, conseqüentemente foi se obtendo a necessidade de se ter mais escolas para tecnificar a população para ser a mão de obra (Henriques *et al*, 2007). Assim, podemos perceber que não existe uma identidade entre o indivíduo e o ambiente que está inserido, mas de forma direta existe uma precisão de residir



em determinado território devido o acesso a empregabilidade. Deste modo o desenvolvimento dessas pessoas se tornam focalizadas por interesses políticos e socioeconômicos.

Ficando evidente que as deficiências que se encontram no campo como: infraestruturas das instituições, falta de professores, transporte para os professores e para os alunos, inexistência de currículo especializado para a área rural, desvalorização da categoria docente com baixos salários e alta carga horária de trabalho. Tudo isso contribui para desmotivação tanto aluno como docente em relação aos distanciamentos de quilômetros e desigualdades social em não permitir a inserção das ruralidades na educação no campo.

Ao abordarmos as formas de transportes dos agentes que necessitam chegar a área rural nos deparamos com estradas de chão, que dificultam o tráfego em dias de chuvas, o que acaba acarretando um atraso ao acesso nas escolas, dos postos de saúde e de escoamento dos produtos e serviços entre campo e cidade. Na cidade a comunidade possui um transporte de qualidade e a acessibilidade até as escolas e instituições de saúde é muito mais fácil. Na análise em que se refere a forma de comércio agropecuário principalmente da agricultura familiar, os mesmos se resumem em uma cadeia produtiva estruturada através de cooperativas, feiras de produtores nas cidades, ou ainda venda para atravessadores. Percebemos que essa relação está bem marcada, pois a cidade precisa e muito do campo com sua produção, sendo uma ligação benéfica para os produtores agrícolas, devido a geração de renda familiar.

A existência dessas diferenciações de atendimentos básicos a população rural em comparação com a urbana, evidencia-se que a interferência da construção e aplicação de políticas públicas são primordiais, e através do surgimento de vários movimentos sociais e programas do governo para o incentivo a alfabetização das pessoas no campo, assim como de fomento para aquisição de recursos financeiros para a produção agropecuária, fazem amenizar, ou ainda, omitir os impactos das diferenças existentes (Henriques *et al*, 2007).

Atualmente há programas vinculados ao governo, ONGs para uma graduação específica a educação da população do campo, uma melhor infraestrutura para tráfego das estradas, assim como programas do governo para produtores rurais adquirirem transporte e também para as pessoas se deslocarem até o meio rural, uma forma indireta de impulsionar o comércio, através do escoamento da produção. Essas ações ficam mais evidentes em municípios que trabalham em conjunto com as associações, cooperativas e ou produtores interdependente, fazendo a ponte entre as necessidades dessa população e a articulação de desenvolvimento de ações dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento territorial rural.



Conclusão

Percebe-se que o desenvolvimento do território chamado cidade engloba a produção, a sociedade e o giro econômico não só urbano, mas com uma significância enorme para aqueles de origem rural. As políticas afirmativas de inclusão e acessibilidade igualitária omitem as diferenças entre campo e urbano e vêm na aproximação das melhorias para que não haja uma alta valorização de um espaço sobre o outro, uma vez que a relação entre eles são de dependência.

Referências

BIAZZO, P.P. Campo e Rural, Cidade e Urbano: Distinções Necessárias para uma perspectiva Crítica em Geografia Agrária. In: 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo, pp. 132-150, 2008.

BRAZIL. Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

GOMES, J. V. Do campo a cidade: As transformações na pratica educativas familiares. Caderno de Pesquisa: São Paulo (64), p. 48-56, fev. 1988.

HERIQUES, R.; MARANGON, A.; DELAMORA, M.; CHAMUSCA, A. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), Brasília, 2007.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

KUMMER, L. Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências. - Salvador: GTZ, 2007. p.100

NASCIMENTO, C.G.. POLÍTICAS “PÚBLICAS” E EDUCAÇÃO DO CAMPO: EM BUSCA DA CIDADANIA POSSÍVEL? Revista Travessias, vol. 3 nº3, p 178-197. 2009.

SIQUEIRA, D. OSORIO, R. Conceito de Rural. In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires: CLACSO, 2001. P. 67- 79

SUZUKI, J.C.. Modernização, territorio e relação campo-cidade- Uma outra leitura da modernização da agricultura. Revista AGRÁRIA, São Paulo, nº 6, pp. 83-95, 2007.

WILLIAMS, R.. O campo e a cidade: na história e na literatura. Editora SCHWARCz LTDA, São Paulo, Companhia das Letras, 2011.